



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2013 (do Sr. Carlos Brandão)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Fernando Bezerra, informações sobre a realização de licitação para a aquisição de cisternas destinadas ao Programa Água para Todos.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno e ouvida a Mesa, requer sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Fernando Bezerra, as seguintes informações sobre a aquisição de cisternas destinadas ao Programa Água para Todos, nos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Ceará e Goiás, recentemente cancelada, conforme noticiado pela imprensa.

1. Solicito cópia do inteiro teor do processo, incluindo o Edital, destinado à realização do pregão para a aquisição de cisternas de plástico em seis Estados – Alagoas, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Ceará e Goiás – que foi cancelado no início de setembro de 2013, bem como aquelas novas regras para a realização de novo pregão e/ou licitação, ou outra forma de aquisição pública desses equipamentos.
2. Solicito informar quais os órgãos ou autarquias deste Ministério foram designadas para a execução das aquisições a que se refere a pergunta 1, tanto na implementação do primeiro pregão que foi cancelado no início de setembro de 2013, quanto do novo pregão e/ou licitação, bem como a nova data prevista.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Globo, em sua edição impressa de 4 de setembro de 2013, publicou notícia sob o título “Ministério cancela licitação de cisternas”. Diz a notícia:

“Ministério cancela licitação de cisternas

TCU questionava concorrência e apontava risco de dano ao Tesouro

Cristiane Bonfanti

-BRASÍLIA- O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, determinou ontem o cancelamento da concorrência para a compra de 187,5



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mil cisternas de plástico, ao custo estimado de quase R\$ 600 milhões. A licitação havia sido suspensa por uma decisão liminar do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme O GLOBO revelou no último sábado. O ministro tomou a decisão após consultar ontem o tribunal.

O pregão para a compra das cisternas em seis estados era conduzido pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Em ofício enviado ao presidente da Codevasf, o ministro informou que a manutenção da licitação "se mostrou inconveniente para a administração". "Neste sentido, orienta-se a esta empresa pública que promova o cancelamento da ata de registro de preços, em consonância com as balizas estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União. Em resumo, que não mais se promova a contratação e a emissão de ordens de serviços com base na ata resultante daquela licitação" disse.

Diante da polêmica com o TCU, o ministro decidiu que fará uma nova licitação, mas por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional do seu próprio ministério, na modalidade pregão eletrônico. O edital também passará por análise prévia pela Controladoria Geral da União (CGU).

Em nota, o ministério informou que a decisão se fundamenta na premissa "de sempre cumprir as recomendações dos órgãos de controle". Ontem, representantes da consultoria jurídica foram ao TCU para tratar do pregão. No sábado, O GLOBO mostrou que uma medida cautelar do TCU havia determinado, em julho, a suspensão do pregão e apontado o risco de "grave lesão ao Erário" se as empresas vencedoras fossem contratadas pela Codevasf. Entre os participantes da licitação está a empresa Acqualimp, que já é a maior fornecedora do Água para Todos, programa-chave da gestão do ministro Bezerra.

A suspensão do pregão foi uma sugestão da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), do TCU. A secretaria concluiu, com base em documentos fornecidos pela Codevasf e pela Acqualimp, que a empresa vinculada ao Ministério da Integração havia restringido a concorrência ao fazer pregão presencial em Brasília, e não um pregão eletrônico.

No sábado, após a publicação da reportagem, o ministério enviou ao jornal carta sustentando a legalidade da concorrência e afirmando que haveria, inclusive, economia de recursos na aquisição das cisternas. O ministério sustentou ainda que o TCU havia feito apenas um questionamento de natureza formal à concorrência."

O mesmo jornal O Globo, em sua edição de 31 de setembro de 2013, já havia publicado:

Licitação sob suspeita: TCU suspende compra de cisternas

O TCU detectou risco de "grave lesão ao erário" e suspendeu uma licitação para compra de cisternas da Codevasf, ligada ao Ministério da Integração, que pode favorecer multinacional com fábrica em Petrolina (PE), base do ministro Fernando Bezerra

Licitação sob suspeita

TCU suspende compra de cisternas que pode ter favorecido empresa em cidade de ministro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vinicius Sassine

BRASÍLIA- O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga suspeita de irregularidades em licitação para a compra de 187,5 mil cisternas de plástico a um custo de quase R\$ 600 milhões — uma das maiores em curso no governo federal. De acordo com a suspeita do TCU, a concorrência pode ter favorecido uma multinacional que acaba de abrir fábrica em Petrolina (PE), cidade do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho.

O pregão para a escolha das empresas que vão fornecer as cisternas em seis estados é conduzido pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa vinculada ao Ministério da Integração Nacional. No mês passado, uma medida cautelar do TCU mandou suspender o pregão e apontou o risco de “grave lesão ao Erário” se as empresas vencedoras fossem contratadas pela Codevasf.

Entre os participantes está o grupo mexicano Rotoplas, cuja razão social em território nacional é Dalka do Brasil (o nome fantasia é Acqualimp). A empresa já é a maior fornecedora do Água para Todos, programa-chave da gestão do ministro Bezerra e que pretende universalizar o acesso à água no semiárido.

Assim que começou a ganhar os principais contratos para fabricar cisternas, a Acqualimp abriu unidade em Petrolina. A medida cautelar do TCU não impediu que a empresa começasse a fornecer as primeiras cisternas ao Ministério da Integração, como parte da licitação posta sob suspeita.

A Codevasf já foi presidida por Clementino de Souza Coelho, que é irmão do ministro e chegou ao posto poucos dias após a posse de Bezerra, em janeiro de 2011. A presidente Dilma Rousseff demitiu Clementino um ano depois, por suspeita de direcionamento de políticas do órgão para a base eleitoral da família.

Um edital para o fornecimento de cisternas de plástico pela mesma Acqualimp, assinado por Clementino, direcionou a maior parte dos equipamentos para a região de Petrolina, apesar de Pernambuco ser apenas o terceiro estado em demanda por cisternas, conforme diagnóstico do próprio governo. O deputado federal Fernando Coelho Filho (PSB-PE), filho do ministro, disputou e perdeu a eleição para prefeito de Petrolina em 2012.

Para se ter uma ideia do tamanho dessa nova licitação, o número de cisternas a serem fornecidas é o triplo da quantidade já instalada pelo ministério desde 2011, ano em que Bezerra chegou ao cargo. Até agora, a Codevasf instalou 62,1 mil equipamentos, a maioria em Pernambuco. Nos três novos lotes, as outras 187,5 mil cisternas devem ser distribuídas por Alagoas, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Ceará e Goiás.

O custo individual do equipamento é de R\$ 5,9 mil, o que inclui cisterna de polietileno de 16 mil litros para captar água da chuva; bomba d’água manual; e obras de instalação. O custo dos reservatórios de plástico chega a ser duas vezes o de cisternas de cimento, construídas pelas comunidades locais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMPRESA RESTRINGIU CONCORRÊNCIA DE PREGÃO

A suspensão do pregão de quase R\$ 600 milhões foi uma sugestão da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), do TCU. Depois de analisar documentos fornecidos por Codevasf e Acqualimp, a Selog concluiu que a empresa vinculada ao Ministério da Integração restringiu a concorrência ao fazer pregão presencial em Brasília, e não um pregão eletrônico.

O ministro responsável pelo processo, Benjamim Zymler, concordou com o entendimento e concedeu a medida cautelar suspendendo o pregão até a análise do mérito pelo TCU.

‘Além de não terem sido apresentadas justificativas suficientes para comprovar a inviabilidade da realização do pregão em sua forma eletrônica, a adoção da forma presencial pode ter reduzido a disputa entre os interessados’ diz o ministro no despacho. Em um dos lotes, apenas três empresas se interessaram. Nos outros dois, a empresa que deu o melhor lance acabou desclassificada.

O máximo de economia registrado no pregão, em relação ao preço inicial de R\$ 597,8 milhões estabelecido pela Codevasf, foi de 4%, valor considerado baixo pelo ministro do TCU.

“A contratação pode acarretar grave lesão ao Erário concluiu Zymler. Ele alertou a Codevasf de que o TCU poderá anular o pregão e deu prazo de 15 dias para o órgão explicar por que adotou o pregão presencial. Já as empresas vencedoras de dois lotes, Acqualimp e Consórcio Fortlev, também terão 15 dias para se manifestarem sobre a acusação de sobrepreço na execução dos serviços.

O consórcio inicialmente vitorioso em dois lotes do pregão foi desclassificado a partir de um recurso apresentado por Acqualimp e Fortlev. Decidiu, então, recorrer ao ministro contra a decisão. A Advocacia Geral da União entendeu que não cabe ao ministro analisar recurso do tipo e decidiu que a contestação nem deveria ser aceita. Bezerra seguiu a AGU e não reconheceu o recurso.

O Ministério da Integração diz ter desclassificado o primeiro consórcio vencedor porque as empresas participantes dele não tinham capacidade financeira ou atuam em áreas incompatíveis. “Em nenhum momento o ministro interferiu na concorrência conduzida pela Codevasf, que ocorreu à luz da legislação afirma o ministério.

A instalação da fábrica da Acqualimp em Petrolina também não influenciou qualquer resultado, segundo a assessoria da pasta. “As unidades fabris foram instaladas nos principais centros comerciais, visando principalmente à facilitação da logística de transporte e distribuição das cisternas nos principais estados do semiárido”

O governo diz que trabalha tanto com cisternas de plástico quanto com de placa. “Somente com uma tecnologia não seria possível alcançar as 750 mil famílias previstas’ A Codevasf sustenta ter adotado o pregão presencial em razão da transparência e das “vantagens econômicas” da modalidade. E aponta economia de R\$ 22 milhões na licitação.

A Acqualimp nega irregularidades e diz que as cisternas da licitação sob suspeita serão produzidas pelas fábricas de Penedo (AL) e Montes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Claros (MG). “A unidade fabril de Petrolina não está prevista para atender a esses trabalhos em questão diz a multinacional. “A empresa já apresentou os esclarecimentos e não há que se falar em sobrepreço. O TCU já expediu documento atestando que as ordens liberadas estão livres para execução e não serão suspensas” .

As informações que ora requeremos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em

de setembro de 2013.

Deputado Carlos Brandão